

## Divisão de Trabalho

A Declaração de Paris reconhece que a fragmentação da ajuda prejudica a sua eficácia, enquanto que uma abordagem pragmática à partilha de tarefas aumenta a complementaridade e pode reduzir os custos de transacção.

Num contexto de eficácia da ajuda, *divisão de trabalho* significa que diferentes dadores têm diferentes competências e que nem todos os dadores podem – ou devem – estar envolvidos em todos os sectores num dado país. Idealmente, o país deve avaliar as vantagens comparativas de todos os dadores e decidir quais os que devem participar em determinados sectores; os dadores podem delegar autoridade num ou mais dadores principais num sector, para a execução de programas, actividades e tarefas. No entanto, embora a redução do número de dadores possa melhorar a situação, é importante evitar a redução do volume dos fluxos de ajuda. Além disso, o grau de fragmentação varia consoante o país, sector e região. Em certos sectores, como as infra-estruturas e agricultura, pode haver necessidade de diversificar o número de dadores.

Ao endossarem a Declaração de Paris, os países parceiros e os dadores comprometeram-se a trabalhar em conjunto para melhorar a divisão de trabalho a nível dos países ou dos sectores. No entanto, esta tarefa nem sempre é fácil: promover uma melhor complementaridade requer que tanto dadores como países mudem as suas atitudes. Pode afectar os processos de planeamento e parcerias a longo prazo, nos países e nos sectores. A divisão do trabalho não se processa de um dia para o outro; requer uma perspectiva a longo prazo e uma abordagem em múltiplas etapas.

### Avaliação e Conclusões do Levantamento

O levantamento realizado em 2008 proporcionou uma melhor orientação no sentido de traçar fronteiras mais definidas entre os conceitos de missão, trabalho analítico, e trabalho conjunto. Isto pode ter contribuído para aplicar alguma pressão descendente na proporção referida de actividades conjuntas. O levantamento concluiu que havia alguma melhoria na exactidão dos relatos e uma modesta tendência positiva quanto a missões e trabalho analítico conjunto. Em particular, um aumento na frequência de missões conjuntas no Malawi, provou ser consistente com o facto de que a estratégia para o apoio ao desenvolvimento estabelecia tempos e procedimentos específicos para missões de abrangência sectorial. No Ruanda, vários “dadores com atitudes convergentes têm feito particulares esforços para empreenderem actividades conjuntas.” No Benim e no Quênia têm-se conseguido acordos com dadores em períodos do ano em que não havia missões. Em alguns países, verificou-se uma melhoria na proporção de missões conjuntas, a par de uma redução no número total de missões, enquanto que noutros a melhoria tem estado associada a um considerável aumento do número total de missões (por exemplo, no Bangladesh). Uma importante consequência política é a necessidade de manter uma vigilância apertada sobre os números totais bem como sobre a proporção de actividades conjuntas, continuando a aumentar a proporção global.



Estudos recentes, abrangendo todos os membros do DAC e os principais multilaterais, concluíram que em 2005-2006 38 países receptores tinham acolhido 25 ou mais dadores. O DAC calcula que se verificou fragmentação de dadores em 24 desses países. Verificou-se também que a fragmentação é um problema em certos sectores, incluindo a saúde, em que 80 por cento dos dadores contribuem com apenas 10 por cento da ajuda total.

Avaliações recentes também confirmam a dificuldade em alcançar uma maior complementaridade. Embora a concentração sectorial seja aceite como objectivo, tem sido particularmente difícil implementá-la, em parte devido a que as negociações quanto à divisão de trabalho se tornam por vezes contenciosas. No entanto, como se conclui das Análises pelos Pares do DAC, muitos dadores estão, cada vez mais, a procurar uma melhor divisão de tarefas entre si, e iniciaram planos piloto para cooperação delegada e iniciativas conjuntas. A avaliação da Declaração de Paris concluiu também que, embora não haja ainda uma forte expansão no uso de parcerias silenciosas e acordos liderados por um dador, alguns países e agências dadoras estão a tomar medidas para melhorar a divisão do trabalho. E, em alguns países, dadores e parceiros têm acordado ou assinado estratégias conjuntas de assistência e planos de acção harmonizados e alinhados. No entanto, apesar destes exemplos de boas práticas, prevalecem ainda os sistemas e ligações tradicionais.

Nesta área, um marco importante foi atingido em 2007, com a assinatura do Código de Conduta sobre a Complementaridade e a Divisão das Tarefas na Política de Desenvolvimento da União Europeia. Embora a sua implementação esteja ainda em fase inicial, o Código de Conduta deverá promover uma melhor divisão de trabalho.

### **Accra Agenda for Action / A Agenda de Actividades de Acra**

Em Acra, os países em desenvolvimento e os dadores trabalharão para uma melhor compreensão das implicações operacionais de uma divisão de tarefas e para identificar abordagens, determinar procedimentos e encontrar soluções que conduzam a um progresso nesta área. A Accra Agenda for Action (Agenda de Actividades de Acra) apela a países e dadores para que prossigam nos seus esforços para reduzir a fragmentação e melhorar a divisão do trabalho.

